

## Políticas públicas não acompanham avanço e diversificação de facções

Em 2020, a ONG chilena Latinobarómetro perguntou a 20 mil habitantes de 18 países da América Latina se eles conviviam com grupos criminosos armados, facções do tráfico ou gangues no bairro onde moravam. O resultado escancara o tamanho do desafio do Brasil no enfrentamento ao crime organizado: 70,8% dos entrevistados brasileiros responderam "sim". — Com folga, a maior taxa, o segundo lugar ficou com El Salvador, onde as "maras" controlam parte considerável do território, com 41%. Só 36% dos colombianos e 34% dos mexicanos, que convivem com conflitos entre cartéis de tráfico e grupos paramilitares, afirmaram sentir a presença do crime em seu bairro.

O problema não é atual, mas mudou de escala nas últimas décadas. As duas maiores facções do tráfico do país se nacionalizaram, disputam territórios e notas à laia em vários estados e se tornaram atores do tráfico internacional, controlando portos e expandindo seus mercados para países africanos e europeus. No Rio, as milícias se expandiram da capital para vários municípios da Região Metropolitana e diversificaram seu modelo de negócios, incorporando o ramo imobiliário, a construção civil, a grilagem de terras e até a extração mineral. Já na Bahia, um emaranhado de rixas, alianças e rupturas de grupos criminosos levou o estado ao topo do ranking de mortes violentas do país.

Segundo especialistas, o avanço do crime não foi acompanhado de políticas públicas eficientes por parte dos últimos governos. O sociólogo e professor da UFF Daniel Hirata afirma que a opção do país por políticas repressivas de enfrentamento a criminalidade organizada não tem amparo em evidências científicas.

— Países que optam pelo enfrentamento militarizado, baseado em ações de força, acabaram por fortalecer o. No México, por exemplo, o uso do Exército em operações para



Na fronteira. Exército faz fiscalização na aduana em Foz de Iguaçu

### % DE PESSOAS QUE AFIRMARAM CONVIVER COM GRUPOS CRIMINOSOS NO LUGAR ONDE MORAM



Fonte: Latinobarómetro

combater o narcotráfico culminou na criação das Zetas, cartel de drogas fundado por ex-militares de elite. Alternativa mais adequada, de acordo com o especialista, é o investimento massivo em investigação qualificada, amparada na análise de dados e no uso de métodos importados das Ciências Sociais.

— Investigações que trabalham com análise robusta de dados produzem melhores resultados para a sociedade porque conseguem identificar alvos prioritários e prever o impacto das ações policiais para o crime e para a população. No Brasil, ainda estamos no estágio de implementar. Há uma resistência das polícias em se aproximar da academia. O 'faro' policial, ou seja, o conhecimento empírico, ainda guia as investigações conduzidas aqui — afirma o sociólogo, que vê um papel fundamental do governo federal na implantação desse modelo de investigação, a partir de investimentos na formação policial, projetos que estimulem o contato entre universidades e polícias e a valorização interna de agentes que buscam se qualificar.

Para a economista Juana Monteiro, uma das prioridades no enfrentamento ao crime organizado, sobretudo nas grandes cidades brasileiras, deveria ser a recuperação do controle de territórios pelo Estado. A especialista propõe que a retomada do monopólio do uso da força está relacionada a três pilares: o esclarecimento de homicídios ligados ao grupo criminoso, que são usados como ferramenta de coerção e punição dos responsáveis; a investigação sistemática de práticas de corrupção de agentes públicos, que são um empecilho à ação estatal no território; e, por fim, o ataque aos meios de acesso a armas da quadrilha.

— As UPPs foram a primeira e única vez que o Rio decidiu lidar com a questão do domínio de territórios pelo crime. Por uma série de motivos o projeto não se sustentou, mas não podemos abandonar essa ideia — diz Monteiro.

Especialistas também apontam que, diante de organizações criminosas transnacionais, cabe ao governo federal coordenar uma política nacional. A integração das polícias civis e militares de uma PF, órgãos responsáveis pelo controle de fronteiras e patrulhamento de rodovias — como Exército, PRF e Receita Federal — e Ministérios Públicos é considerada fundamental.

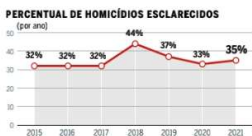
— No caso do tráfico de armas, por exemplo, nosso problema não pode mais ser resolvido isoladamente pelos estados. As organizações criminosas que atuam no Brasil não são mais estaduais, sequer são nacionais, mas de escala global. É preciso que os órgãos trabalhem em conjunto — afirma o policial federal Roberto Uchida.

## Ínfima, taxa de resolução de homicídios não conta sequer com dados oficiais

Entre agosto e setembro do ano passado, uma onda de crimes bárbaros assustou Paracatu, cidade de 90 mil habitantes no Noroeste mineiro. Ao longo de pouco mais de um mês, pai e filho foram executados a tiros dentro de uma construtora, outra vítima sobreviveu a um atentado com mais de 60 disparos e três irmãos foram mortos na porta de casa por homens armados: dois deles morreram, e a mais nova, de 18 anos, levou um tiro de raspão.

Por outro mistério sobre as mortes até que, em dezembro, a Polícia Técnico-Científica de Goiás revelou que as armas usadas nos três casos haviam sido apreendidas em um ataque contra PMs a cerca de 200 km de Paracatu, na cidade goiana de Corumbá. Na ocasião, três membros de uma facção local foram mortos ao fustar um bloco policial. A descoberta, ocorrida graças ao Banco Nacional de Perfis Balísticos — criado em 2021 para estabelecer relações entre provas periciais coletadas por todos os estados —, permitiu a conclusão de que os assassinos em Paracatu estavam ligados a uma disputa por ponto de venda de droga. O desfecho desta investigação, contudo, é uma execução.

Acada três assassinatos registrados no Brasil, só um é elucidado — de 40 mil homicídios ocorridos em 2021, apenas 35% haviam sido solucionados até o fim de 2023, como mostra a pesquisa "Onde Mora a Impunidade?", do Instituto



Fonte: Instituto Sou da Paz

### COMPARAÇÃO COM OUTROS CONTINENTES



Fonte: Exatidão dos Níveis Unidos para Orogem e Crime

to Sou da Paz. O país está abaixo das médias de elucidação global (63%) e das Américas (43%), conforme o pior índice de esclarecimento de homicídios do mundo.

Tão grave quanto as estatísticas é a inexistência de um indicador oficial da taxa. Foi o vácuo do governo federal na produção e gestão de dados do gênero que levou o Sou da Paz a compilar informações estaduais por conta própria.

Os estudos da ONG apontam que o país não avança: em sete anos, o índice de elucidação flutua entre 32% e 37%. Especialistas apontam que o Brasil precisa de uma política de priorização de investigação de homicídios, que deveria partir de um diagnóstico oficial e público do problema.

É importante que o governo federal assumia essa agenda e formule um indicador nacional, até para vincular o repasse de verbas à entrega dos dados ou à melhoria nas taxas — diz Carolina Ricardo, do Sou da Paz. Já a economista Juana Monteiro explica que uma política de priorização de elucidação de homicídios é o caminho mais eficaz para o enfrentamento ao crime organizado.

— O aumento de assassinatos em certas áreas é indicativo de forte atuação de milícias e facções. É a partir dessas investigações que é possível chegar às estruturas das organizações. Esse processo tem de ser liderado pelo governo federal, no discurso e no repasse de recursos.

Um exemplo que ilustra o quanto a impunidade favorece o crime é o de Matheus da Silva Rezende, o Faustão, ex-número 2 da maior milícia do Rio morto em outubro. Homem de guerra da quadrilha e apontado como autor de mais de 20 mortes, ele só tinha um mandado de prisão por homicídio — os demais casos permanecem sem solução.

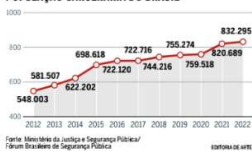
Medidas recentes têm mirado a reversão do quadro. Em agosto, o então ministro Flávio Dino vinculou 80% dos repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública a projetos locais na redução de mortes violentas, que contemplam iniciativas como fortalecimento da pericia criminal e apoios em delegacias especializadas em homicídios. Outros avanços foram a criação e consolidação de bancos nacionais de evidências, como o de perfis genéticos, com mais de 200 mil DNAs, e o balístico — que chegou a todos os estados em 2023 e foi usado, com sucesso, no caso de Paracatu.

## Para especialistas, Brasil prende 'muito e mal'

Até 2015, Clevelson dos Santos Farias era um ilustre desfecho à nação do crime do Amazonas. Quando foi preso em flagrante, em maio daquele ano, junto com outros sete homens com pistolas e submetralhadora num posto de gasolina de Manaus, sua ficha na polícia se resumia a um furto na empresa de telefonia onde trabalhava, em maio de 2007. No sistema prisional, no entanto, Farias ascendeu na hierarquia do crime: em oito anos, após rodar por cadeias do Amazonas e estabelecer conexões com criminosos de outros estados em presídios federais, ele se tornou o número dois do Comando Vermelho no Amazonas. Atualmente, Farias, como é conhecido, controla a rota do Solimões e transporta grandes remessas de cocaína dos países andinos para a África e a Europa.

A trajetória de Farias retrata como o sistema penitenciário brasileiro se transformou numa escola de crime organizado. Nas últimas duas décadas, a quantidade de presos no Brasil quadruplicou e, em 2022, o país alcançou a maior população carcerária de sua história, com 839 mil detentos. Se todas essas pessoas vissemos em uma cidade, ela seria a 18ª mais populosa do país. Quase 70% dos presos são negros e a maioria é bastante jovem: 43% têm até 29 anos. Casos de tortura e maus-tratos, reportados por órgãos de direitos humanos em presídios de todos os estados, não favorecem a recuperação dos internos e só tornam o cenário

### POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO BRASIL



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública / Departamento de Segurança Pública



mais propício para o fortalecimento das facções.

— A visão de que o Brasil é um país que pune pouco e precisa de penas mais severas é errada. Na verdade, prendemos muito e mal. Um quarto dos presos brasileiros sequer foi julgado. A maioria deles não tinha vinculação com o crime organizado quando entrou no sistema. As prisões brasileiras não oferecem condições mínimas de sobrevivência. Quem garante a sobrevivência dos presos são as facções — afirma o sociólogo Daniel Hirata, coordenador do Grupo de Estudos dos Novos Legalismos (Gen), da UFF.

Especialistas são unânimes em apontar que o Brasil precisa qualificar sua política penal, para que as prisões sejam reservadas para criminosos de alta periculosidade.

— Prendemos muita gente em flagrante, com pouca investigação. Geralmente são operadores da base do crime. É como se usássemos remédio para tratar dor de cabeça, em vez de aspirina — afirma Carolina Ricardo, diretora executiva do Instituto Sou da Paz.

O crime que mais leva à prisão é o tráfico de drogas. Segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), quase um quarto dos detentos é acusado de comercializar ou se associar a grupos que exploram drogas.

— Acreditava-se, há décadas, que a proibição das drogas reduziria o consumo e melhoraria a saúde das pessoas. Não foi isso que aconteceu. Mesmo assim, a gente insiste em manter uma política de proibição que tem um custo muito alto — afirma a socióloga Jullia Lemgruber, ex-diretora do Sistema Penitenciário do Rio, que coordenou um estudo que estimou em R\$ 1 bilhão o custo anual para manter a proibição das drogas no Estado do Rio.

Já Gabriel Feltran, pesquisador em sociologia do crime no Centro Nacional de Pesquisas Científicas da França (CNRS), defende que o Brasil deveria priorizar a regulamentação de mercados legais a começar pelo das drogas, que movimentam bilhões de reais. A ideia é criar regras de transporte e comercialização para produtos vendidos ilegalmente — para, assim, tirar os das mãos do crime.

— Não precisamos de leis que tirem essas economias do crime para passá-las para empresários, que pagam impostos ao Estado. No Brasil, já colocamos essa ideia em prática de uma maneira muito bem sucedida com a Lei do Desmanche, em São Paulo, que tirou do crime o mercado de autpeças usadas. Isso deveria ser replicado com outras economias legais — conta Feltran.